



Bolsas Na terça-feira	Pontuação B3 IBovespa nos últimos dias	Dólar Na terça-feira	Salário mínimo R\$ 1.621	Euro Comercial, venda na terça-feira	CDI Ao ano	CDB Prefixado 30 dias (ao ano)	Inflação IPCA do IBGE (em %)
↑ 1,3 % São Paulo	↓ 0,79% Nova York	R\$ 5,155 (- 0,47%)	Últimos 25/agosto 5,140 26/agosto 5,151 27/agosto 5,162 28/agosto 5,196 1/setembro 5,180	R\$ 5,975	13,90%	13,78%	Março/2026 0,88 Abril/2026 0,67 Maio/2026 0,58 Junho/2026 0,16 Julho/2026 0,07

CRESCIMENTO ECONÔMICO

PIB desacelera no segundo trimestre

Alta foi de 0,5%, contra 1,1% no primeiro tri. O resultado coloca o Brasil na 5ª posição entre os países que mais cresceram no período

» ROSANA HESSEL

O Produto Interno Bruto (PIB) registrou alta de 0,5% no segundo trimestre de 2026, em comparação com os três meses anteriores, na série com ajuste sazonal, totalizando R\$ 3,4 trilhões, conforme dados divulgados, ontem, pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). O resultado confirmou o processo de desaceleração da atividade econômica diante do avanço de 1,1% no primeiro trimestre do ano.

O resultado do segundo trimestre comparado ao anterior ficou levemente acima das estimativas do mercado, que variavam entre 0,3% e 0,4%. Contudo, a taxa ficou abaixo da projeção da Secretaria de Política Econômica (SPE), do Ministério da Fazenda, que previa alta de 0,8%.

No acumulado do ano, o crescimento do PIB foi de 1,9%, em relação ao mesmo período de 2025, e, na comparação com o mesmo trimestre do ano passado, o avanço foi de 2%.

De acordo com analistas, os principais responsáveis pelo dado positivo do PIB entre abril e julho foi o crescimento mais forte na agropecuária, de 2,8%, do lado da oferta, enquanto a indústria e serviços tiveram altas de 0,1% e 0,2%, respectivamente. E, do lado da demanda, o destaque ficou com os estímulos fiscais do governo, que elevaram os gastos da administração pública em 0,4% na mesma base de comparação.

A Formação Bruta de Capital Fixo (FBCF), termômetro dos investimentos no país, avançou 1,2% mas o consumo das famílias recuou 0,4%. Foi a primeira queda trimestral na comparação na margem desde o terceiro trimestre de 2025. Segundo os especialistas, a desaceleração do PIB do segundo trimestre ajuda a confirmar as apostas de mais uma redução de 0,25 ponto percentual na taxa Selic, na próxima reunião do Comitê de Política Monetária (Copom), que ocorrerá nos dias 15 e 16 deste mês, levando os juros básicos para 13,75% anuais.

Em ritmo lento

PIB cresce 0,5% no segundo trimestre, acima das estimativas do mercado, mas abaixo da previsão do governo, de 0,8%. Dado confirma a desaceleração prevista para a atividade econômica

Variação do PIB em relação ao trimestre anterior — Em %



PRINCIPAIS INDICADORES

Indicador	Trimestre contra trimestre anterior
Agropecuária	+2,8%
Indústria	+0,1%
Serviços	+0,2%
FBCF*	+1,2%
Consumo das famílias	-0,4%
Consumo do governo	+0,4%

*Formação Bruta de Capital Fixo — indicador de investimentos

Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE)

Patamar recorde

Com o resultado do segundo trimestre de 2026, o PIB atingiu o maior patamar da série histórica do IBGE com ajuste sazonal, iniciada em 1996. O resultado na margem ainda colocou o Brasil na 5ª posição do ranking global, conforme levantamento da Austin Rating com base em 64 economias que divulgaram os resultados.

A listagem teve a Irlanda em primeiro lugar, com alta de 1% no PIB, seguida por Indonésia (0,9%), Angola (0,7%) e Malásia (0,6%), mas o economista-chefe da Austin, Alex Agostini, lembrou que o conflito no Oriente Médio acabou afetando o desempenho global, a média

dos países listados ficou em 0,2%.

“Todas as economias foram fortemente afetadas pelo conflito no Oriente Médio, e o Brasil se destacou porque continua com a expansão fiscal. O crescimento econômico reflete o consumo da administração pública que avançou 0,4% no trimestre”, explicou. Agostini previu alta de 0,5% na comparação com o trimestre anterior, não foi surpresa, mas confirma o processo de desaceleração que deverá ser mais forte no segundo semestre do ano. Na avaliação dele, esse patamar ainda restritivo da taxa Selic vem surtindo efeito no consumo das famílias, que foi negativo no trimestre de maio a junho. “Esse cenário de juros restritivos está impactando o varejo e

várias empresas que entraram em recuperação judicial”, alertou ele, que prevê o PIB estagnado no terceiro trimestre.

Para Sergio Vale, economista-chefe da MB Associados, o efeito dos juros altos tem se tornado evidente no desempenho do PIB e pode ser percebido, principalmente, na queda do consumo das famílias. “O efeito da alta de juros tem se tornado evidente e pode ser percebido no consumo, que começou a desacelerar após um período mais positivo no início do ano”, destacou ele que prevê alta de 1,8% no PIB deste ano e mais desaceleração para 2027, com o PIB crescendo apenas 1%.

Após a divulgação dos dados

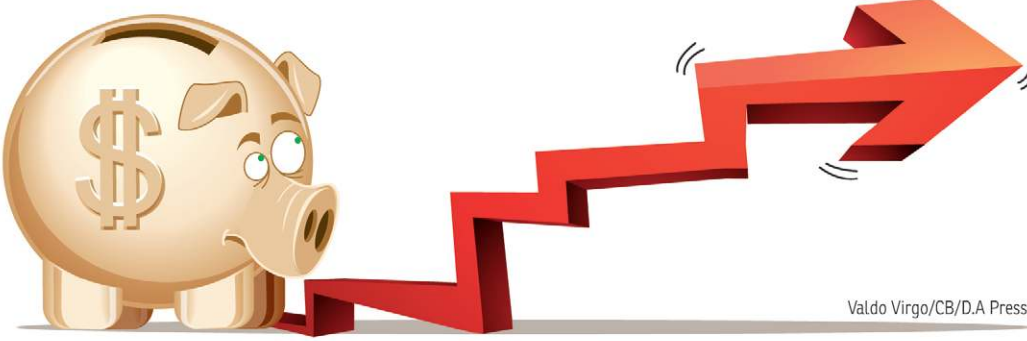


Todas as economias foram fortemente afetadas pelo conflito no Oriente Médio, e o Brasil se destacou porque continua com a expansão fiscal. O crescimento econômico reflete o consumo da administração pública que avançou 0,4% no trimestre”

Alex Agostini, economista-chefe da Austin Rating

» Taxa das Blusinhas deve ser votada hoje

A comissão mista do Congresso que analisa a “MP das Blusinhas” adiou novamente a votação da proposta. A sessão, marcada para ontem, agora está agendada para hoje. A medida provisória (MP) autoriza o Ministério da Fazenda a zerar o imposto sobre compras de até US\$ 50 em plataformas digitais estrangeiras. Se não for aprovada até 8 de setembro pela comissão mista e pelos plenários da Câmara dos Deputados e do Senado, a MP perderá a validade. A medida foi assinada pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva, e o governo teme que o imposto volte a vigorar, em plena campanha eleitoral pela reeleição do petista. Em entrevista, a senadora Leila Barros (PDT-DF), relatora da MP na comissão, disse que há alguns “impasses” sobre o texto, entre eles o que garante a exclusividade dos Correios sobre as entregas de produtos isentos de tributação.



Valdo Virgo/CB/D.A Press

DESTAQUES

R\$ 3,4 trilhões

Valor do PIB gerado no 2º trimestre de 2026

2%

Variação do PIB no segundo trimestre em relação ao mesmo período de 2025

16,1%

Taxa de investimentos em relação ao PIB no segundo trimestre, abaixo dos 16,5% registrados no mesmo período de 2025

Ploa tem 32 mil novas vagas

O Projeto de Lei Orçamentária Anual (Ploa) de 2027, enviado, ontem, ao Congresso Nacional, foi protocolado como Projeto de Lei Complementar (PLN) nº 24/2026. A peça orçamentária autoriza despesas primárias de pessoal do Poder Executivo de R\$ 361,5 bilhões, incluindo servidores civis e militares e ainda os empregados públicos das empresas estatais dependentes do Orçamento da União, e prevê até 32 mil vagas civis autorizadas para provimento ou criação no Executivo federal.

De acordo com o Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos (MGI), desse total de vagas autorizadas para o Executivo federal (pouco mais de 32

mil), 19,4 mil estão destinadas para a área de Educação. Contudo, a pasta informou que a previsão desse contingente não significa preenchimento dessas colocações em 2027. “Os novos provimentos são fundamentais diante da projeção de que mais de 70 mil servidores e servidoras estarão em idade de aposentadoria até 2030”, destacou o comunicado.

“O projeto apresentado observa a regra que limita o crescimento das despesas de pessoal (Lei Complementar 211/2024), contribuindo para o esforço fiscal do governo no Orçamento de 2027, mas mantém espaço para valorização dos servidores e recomposição da força de trabalho”, acrescentou a nota do MGI.

Em 2027, a correção da previsão de gastos com pessoal estimada no Ploa, de R\$ 361,5 bilhões, está em 3,2% sobre os valores estimados para este ano. Nesse montante, estão previstos R\$ 9,1 bilhões em

Rafa Neddermeyer/Agência Brasil



Segundo o MGI, do total de cargos, 19,4 mil serão na área de Educação

recursos destinados para a recomposição salarial de servidores civis e militares e estão incluídos na provisão de gastos.

Conforme o comunicado do MGI, a proposta orçamentária

reserva também R\$ 1,3 bilhão em despesas primárias para concursos e novas contratações no Poder Executivo federal e R\$ 1,2 bilhão para concursos e contratações das instituições federais de ensino. (RH)

CNP CAPITALIZAÇÃO S.A.

CNPJ/MF nº 01.599.296/0001-71

Nota

A CNP Capitalização S.A. ("Companhia"), sociedade anônima inscrita no CNPJ/MF sob o nº 01.599.296/0001-71, com sede localizada na Cidade de Brasília, Distrito Federal, Setor Hoteleiro Norte, Quadra 01, Conjunto A, Bloco E, Sala 1601, CEP: 70.701-050, vem a público, em atendimento ao disposto no artigo 289, incisos I e II, da Lei nº 6.404/76 ("Lei das S.A."), comunicar o que segue.

Em cumprimento à exigência legal de publicidade, as Demonstrações Financeiras abrangendo Relatório da Administração, Balanço Patrimonial, Demonstração do Resultado do período, Demonstração de Resultado Abrangente, Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido, Demonstração dos Fluxos de Caixa, Notas Explicativas e o correspondente Relatório do Auditor Independente sobre as Demonstrações Financeiras da Companhia, foram devidamente publicados no jornal "O Dia SP", edição de 26 de fevereiro de 2026, na forma da legislação aplicável, nos termos da Circular Susep nº 648/2021.

As Demonstrações Financeiras relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2025, foram examinadas pela administração da Companhia em 20 de março de 2026 e submetidas à apreciação do Conselho de Administração da CNP Participações em Seguros Ltda., em 23 de março de 2026, para fins de orientação de voto em sede de Assembleia Geral da Companhia.

A presente publicação tem caráter meramente informativo e complementar, não substituindo nem prejudicando a validade da publicação já realizada nos termos acima descritos.

Brasília/DF, 27 de agosto de 2026.